

Elementos fundamentais para uma compreensão adequada da redução fenomenológica

Juliana Missaggia *

Resumo: O primeiro passo do método fenomenológico desenvolvido por Husserl consiste na chamada *epoché* ou redução fenomenológica: contrariando a atitude natural, que toma por existente o mundo e tudo aquilo que encontramos nele, o fenomenólogo coloca entre parênteses a veracidade dessa tese, de modo a abster-se de julgar sobre a existência daquilo que parece estar diante de nós. Ao contrário do que pode sugerir uma primeira leitura, o objetivo da redução não é conduzir a uma espécie de ceticismo sobre a realidade do mundo, mas sim transferir a atenção dos objetos dos quais tenho consciência para o modo como tenho consciência de tais objetos. Não é, portanto, uma tentativa de negar a existência da realidade o que está em jogo com a negação da atitude natural, mas sim um procedimento metodológico com o objetivo definido de tratar do modo como a consciência apreende seus objetos. Com essa ressalva, parece que interpretar a fenomenologia como um idealismo radical, ao modo de Berkeley, não é adequado. No entanto, algumas passagens na obra de Husserl parecem sugerir uma ideia contrária, o que levou diversos autores a tomar seu idealismo como “delirante”. Acreditamos que uma compreensão adequada do papel da redução no método fenomenológico pode ajudar a desfazer esse equívoco.

Palavras-chave: Husserl, Fenomenologia, método, redução.

A busca que levou Husserl à formulação do método fenomenológico foi a de uma fundamentação transcendental¹ do conhecimento. O primeiro passo do método consiste na chamada *epoché* ou *redução fenomenológica*: contrariando a atitude natural, que sempre toma por existente o mundo e tudo aquilo que encontramos nele, o fenomenólogo *coloca entre parênteses* a veracidade dessa tese, de modo a abster-se de julgar sobre a existência daquilo que parece estar diante de nós. O objetivo da *redução* não é conduzir a uma espécie de ceticismo sobre a realidade do mundo, mas sim transferir a atenção dos objetos dos quais temos consciência para o modo como temos consciência de tais objetos. O foco passa a ser os atos da consciência, desvinculado de toda a questão de se as coisas sobre as quais pensamos existem de fato na realidade fora de nós. Husserl esclarece:

Podemos expor, então, a *epoché* universal, em nosso claramente determinado e novo sentido do termo, tomando o lugar da consideração cartesiana de dúvida universal. Mas nós, por boas razões, limitamos a universalidade da dúvida. (...) Nós excluimos a posição geral que faz parte da essência da atitude natural; nós colocamos entre parênteses tudo aquilo que essa posição inclui com respeito ao ser: todo o mundo natural que está constantemente diante de nós, “à mão”, e que sempre estará aí de acordo com a consciência como uma “realidade” mesmo que a coloquemos entre

* Doutoranda em Filosofia pela PUCRS/CNPq. Contato: jumissaggia@gmail.com.

¹ Sobre o conceito de transcendental em Husserl, de acordo com Drummond: “Husserl, em geral, assume este sentido kantiano [como condições subjetivas que pertencem à possibilidade de experienciar todo e qualquer objeto, e filosofia transcendental é o conhecimento *a priori* dessas condições], mas também o modifica em aspectos importantes. Para Husserl, 'transcendental' não refere-se principalmente às condições subjetivas para a possibilidade de qualquer experiência, mas sim às estruturas universais de qualquer experiência possível (ou experiência de um certo tipo). Para Husserl, além disso, o transcendental é um campo de investigação, um 'ser' devidamente caracterizado como 'consciência do mundo (enquanto experienciado)'. O transcendental, em outras palavras, é caracterizado pela relação intencional entre consciência e mundo e é, em primeiro lugar e principalmente, o campo de sentido (Sinn)”. DRUMMOND, John J. *Historical dictionary of Husserl's philosophy*. Lanham: Scarecrow Press, 2008, p 203-4.

parênteses; Se assim o faço, como sou livre para fazê-lo, não estou, porém, negando esse “mundo” como se fosse um sofista; não estou duvidando de seu ser factual como se fosse um cético; em vez disso, estou exercendo a *epoché* fenomenológica através da qual me abstenho de qualquer julgamento sobre seres factuais e espaço-temporais²

Não é portanto uma tentativa de negar a existência da realidade o que está em jogo com a negação da atitude natural, mas sim um procedimento metodológico com o objetivo definido de tratar do modo como a consciência apreende seus objetos. Com essa ressalva, parece que interpretar a fenomenologia como um idealismo radical, ao modo de Berkeley, não é adequado. No entanto, algumas passagens na obra de Husserl parecem sugerir uma ideia contrária, o que levou diversos autores a tomar seu idealismo como “delirante”. O filósofo afirma, por exemplo, que “jamais é um objeto existente em si um objeto tal que em nada afete a consciência e seu eu”³.

Porém, ainda que por vezes Husserl não se expresse da maneira mais clara, há forte base textual para dizer justamente o contrário do que afirma tal interpretação. Embora possa parecer que os objetos dependem da consciência, devemos entender que há um modo no qual tal dependência se dá; não se trata de que a consciência crie tudo que aparece *ilusoriamente* como existente para nós, mas sim que é através das sínteses da consciência que os objetos são constituídos de modo a fazer sentido e ter coerência na apreensão que temos deles. Existe um correspondente *real*, isto é, a mesa que percebo está de fato diante de mim, o que acontece é que a maneira pela qual percebo a mesa depende das estruturas da minha consciência. De fato, no que diz respeito à redução, Husserl é bastante claro: não está negando a existência do mundo, como um sofista, nem duvidando de sua realidade, como um cético, mas sim apenas passa a se abster de julgar sobre a existência dos objetos do “mundo”.

As consequências metodológicas da redução são, no entanto, bastante controversas. De fato, depois das *Investigações Lógicas*, o filósofo entende a fenomenologia como um “idealismo transcendental” e o diz expressamente. Para muitos de seus discípulos esse parece um passo dogmático, uma vez que o método em si não leva necessariamente a um idealismo; a tomada de posição de Husserl em direção a fazer da fenomenologia uma ontologia que se posicione metafisicamente acerca de fatos objetivos da realidade soaria como um descompasso em relação ao projeto inicial⁴. No entanto, o lema clássico dos fenomenólogos, “*zu den Sachen selbst*”, proclamando um retorno “às coisas mesmas”, pareceria mesmo uma ironia se entendermos a fenomenologia como uma teoria que não pretende afirmar nada sobre a realidade.

A questão aqui é compreender o que exatamente devemos entender por idealismo

² HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage - Nachdruck. Edited by Karl Schuhmann. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1977, p. 56-7.

³ HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage - Nachdruck. Edited by Karl Schuhmann. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1977, p. 109.

⁴ MOURA, C. A. R. *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1989, p. 12 ss.

transcendental, já que Husserl ressalta que “se alguém, lendo nossas discussões, objete que elas significam converter todo o mundo em uma ilusão subjetiva e comprometer-se com um 'idealismo berkeleyano', somente podemos responder que essa pessoa não entendeu o sentido dessas discussões”⁵. Assim, devemos entender como a redução fenomenológica delimita o campo de investigação aos atos da consciência, e, com isso, observar certos problemas teóricos que tal método implica.

Desse modo, é claro que não somente a tese acerca da existência do mundo acaba por permanecer fora das considerações fenomenológicas (ao menos em um primeiro momento), mas o mesmo acontece com as teses e teorias de todas as ciências que versam sobre fatos da realidade. Nesse sentido, a fenomenologia afirma-se como um recomeço radical para a fundamentação do conhecimento, pois nenhum saber anterior é levado em consideração na hora de estabelecer seus pressupostos.

Uma vez que o método fenomenológico leva a uma abstenção de juízo sobre o mundo à minha volta, é evidente que também a tese que tenho de mim na atitude natural, isto é, a percepção de um corpo que está entre os objetos do mundo, deve ser igualmente *negada*. Assim, o *eu* que investiga os atos da consciência não é aqui entendido como um *eu* no mundo, mas sim um *eu* puro e transcendental. É justamente esse o único *eu* que permanece ao método da *redução*, pois é indubitável – como já aprendemos com Descartes – que *eu penso*.

Alguns exemplos do próprio Husserl ajudam a compreender mais amplamente o papel da redução: o filósofo parte de uma situação de percepção onde estamos diante de uma árvore que nos agrada – uma macieira florescendo no jardim. Na atitude natural, concebemos a árvore como “algo existente no campo transcendente do espaço real”, e nossa percepção e o fato da árvore nos agradar são vistos como estados psicológicos de uma pessoa real. No caso da nossa percepção não ser real, mas apenas uma alucinação, diríamos que a árvore não existe realmente, e que, nesse caso, não há uma relação real entre nós e a coisa, mas apenas uma percepção de algo imaginado⁶.

O filósofo utiliza esse exemplo para deixar claro que não devemos confundir o papel da redução transcendental e tentar encontrar analogias entre alucinações ou percepções falhas (de coisas que não existem na realidade) e aquilo que ocorre na redução. Ao entrarmos no campo da atitude transcendental, o mundo transcendente é posto *entre parênteses*, mas isso não significa que a análise da percepção perca em complexidade e detalhamento: “juntamente com todo o mundo psicológico e físico, a existência efetiva da relação real entre o perceber e o que é percebido fica excluído; e, no entanto, a relação entre o perceber e o percebido permanece (assim como entre o agradar e o que é

⁵ HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage - Nachdruck. Edited by Karl Schuhmann. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1977, p. 129.

⁶ HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage - Nachdruck. Edited by Karl Schuhmann. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1977, p. 182.

agradável)”⁷. De fato, ainda que o objeto não seja mais concebido como algo existente do mundo físico, a remissão ao objeto permanece, pois é algo essencial na experiência: “o processo mental perceptual fenomenologicamente reduzido é uma percepção de 'esta macieira florescendo no jardim', etc., e, do mesmo modo, o agradar reduzido é um agradar da mesma coisa. A árvore não perdeu nenhuma nuance dos seus momentos, qualidades, características (...)”⁸.

Assim, ao efetuar a *epoché*, não perdemos em nada da complexidade do ato perceptivo, pois a relação entre o ato de perceber e aquilo que é percebido no ato permanece, mas permanece enquanto algo reduzido ao âmbito do processo mental. Do mesmo modo, no caso de alucinações, evidentemente haverá diferenças no modo como são analisadas em relação às percepções também no campo transcendental. Não é pelo fato de que estejamos nos abstendo de julgar sobre a existência do objeto, que iremos deixar de observar que atos de percepção e alucinações são experiências distintas – tal observação a respeito da natureza de tais experiências permanece também após a redução.

Porém, Husserl ressalta que isso não significa que a mudança de atitude efetuada pela redução fenomenológica não seja de importância crucial. De fato, ao modificar a atitude natural e entrar no campo transcendental pela redução fenomenológica, passamos a conceber os objetos em um sentido completamente diferente, pois já não fazemos referência às coisas enquanto coisas *no mundo*. Embora todos os aspectos da experiência mantenham-se na passagem para a atitude transcendental, a visão mesma dos objetos da experiência acontece desde outro ponto de vista. Husserl marca essa mudança através de aspas, mostrando que ao falar em “*objeto*” estamos nos referindo ao objeto como é concebido após a redução.

Diante disso, alguns problemas surgem: primeiramente, a aparência de um idealismo solipsista como fundamento do método proposto, pois, de fato, ao me abster da tese sobre a existência do mundo, me abstenho também da tese sobre a existência de todos os outros *eus* e parece que dificilmente poderei afirmar algo sobre a objetividade – entendida como o mundo na sua realidade – e sobre outros sujeitos. Para responder a tal dificuldade, é necessário analisar como Husserl compreende a relação entre a coisa pensada e o pensamento, observando o modo pelo qual ele procura resolver a questão da intersubjetividade sem transgredir os limites impostos pela redução fenomenológica. O primeiro passo para essa investigação seria expor as possibilidades de interpretação para o *noema*⁹.

⁷ HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage - Nachdruck. Edited by Karl Schuhmann. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1977, p. 183.

⁸ HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage - Nachdruck. Edited by Karl Schuhmann. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1977, p. 183.

⁹ Infelizmente, essa é uma análise muito extensa, que exigiria um tempo do qual não dispomos. Como resumo para a questão da intersubjetividade, aponto para a explicação de Drummond: “Em seu significado fenomenológico e transcendental, a noção de intersubjetividade parte do fato de que o mundo é experienciado por um sujeito não como um mundo privado, mas como um mundo compartilhado com outros sujeitos que o experienciam. Esse fato de experiência nos leva a uma reflexão dupla. Em primeiro lugar, Husserl trata da experiência com outros sujeitos como uma experiência empática com seus momentos de ‘apresentação

Como diz o filósofo: “a redução ao ego transcendental somente traz consigo a aparência de uma ciência definitivamente solipsista, enquanto que seu desenvolvimento consequente, conforme o seu próprio sentido, conduz a uma fenomenologia da intersubjetividade transcendental”¹⁰.

Outros problemas interpretativos também aparecem, pois mesmo que neguemos que o método da redução suponha um idealismo solipsista, é importante notar que a tendência natural – ou, nas palavras de Husserl, a “atitude natural” (*Ideen I*, §30) – é tomar o mundo como algo externo e existente, acessível a nós e ao mesmo tempo independente de nossa mente. Isso é algo que mesmo o idealista mais radical não discordaria, pois para além dos argumentos filosóficos que possam mudar nossa visão a respeito do estatuto ontológico da realidade, o senso comum é essencialmente realista e esse hábito de tomar o mundo como existente é o que condiciona nossas atitudes cotidianas. Tal fato, evidentemente, não invalida a tese idealista, pois essa posiciona-se justamente contra o senso comum a respeito da existência da realidade.

Ao realizar a redução fenomenológica, como vimos, Husserl procura suspender a atitude natural, não no sentido de afirmar o contrário e negar a existência do mundo, mas sim no sentido de suspender o juízo sobre sua existência e tomar todos os objetos normalmente concebidos como exteriores apenas no modo como aparecem em nossa consciência. O fato de que Husserl não esteja negando a atitude natural ao efetuar a redução, é interpretado por Drummond como implicando que “o realismo ontológico da atitude natural não é negado, mas é revelado como um aspecto da experiência sobre o qual nós filósofos refletimos”¹¹). Nos parece que isso é verdade, sob certo ponto de vista, pois devemos considerar a tendência a conceber uma realidade exterior existente como parte da nossa experiência (justamente por ser assim que concebemos a realidade na experiência cotidiana). Por outro lado, devemos tomar o cuidado de não confundir essa integração do realismo ontológico na redução como o suficiente para responder à questão sobre o tipo de ontologia que é defendida por Husserl.

Temos aqui dois pontos complicados na interpretação da redução, que devem ficar bastante claros. Primeiro: ainda que efetueemos a suspensão do juízo sobre a realidade, mantemos o fato de que a experiência se dá *como se* a realidade existisse tal qual a experienciamos (como externa, independente da mente, etc). De fato, se a redução negasse isso, não estaria descrevendo genuinamente nossas experiências, pois essa crença faz parte do modo como experienciamos o mundo na atitude natural. Assim, ao mesmo tempo que colocamos *entre parênteses* a tese da existência do mundo e

analógica’. Nessa experiência, um sujeito reconhece outro sujeito ao mesmo tempo como parecido e diferente de si mesmo. Em segundo lugar, Husserl trata do modo como esse reconhecimento de outros está envolvido na constituição do mundo enquanto mundo ‘para nós’. A possibilidade de diferentes sujeitos experienciarem o mundo a partir de diferentes perspectivas é mostrado como uma condição necessária para a experiência de um objeto enquanto algo que apresenta a si mesmo como uma identidade em uma multiplicidade de apresentações e, portanto, enquanto uma condição de possibilidade para o conhecimento objetivo e a apreensão científica da natureza das coisas”. DRUMMOND, p.114.

¹⁰ HUSSERL, E. *Meditaciones cartesianas*. Tradução de M. García-Baró e J. Gaos. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 76-7.

¹¹ DRUMMOND, John J. “Realism versus Anti-realism: A Husserlian Contribution,” in *Edmund Husserl and the Phenomenological Tradition: Essays in Phenomenology*, ed. R. Sokolowski, 87–106. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1988, p. 93.

concebemos os objetos apenas como são intencionados na consciência, ao descrever nossa experiência dos objetos, incluímos na descrição o fato de que eles são tomados como existentes, embora não possamos, de acordo com o método da redução, julgar nesse momento se é verdadeira ou ilusória essa tendência a experienciá-los como existentes. Em todo o caso, seja tal tendência verdadeira ou não (o que, como vimos, não julgamos na redução), ela faz parte da maneira como experienciamos.

O segundo ponto a ser observado – e nisso pensamos que alguns intérpretes são pouco claros, como parece também ser o caso de Drummond – é o fato de que ainda que o realismo ontológico típico da atitude natural seja descrito como parte da experiência, não significa que ele seja a posição defendida por Husserl. Isso que parece causar confusão é, na verdade, bastante simples: se na redução suspendemos o juízo sobre a tese da existência do mundo, é evidente que não podemos negar o realismo ontológico, mas é igualmente evidente que também não podemos afirmar tal realismo. Parece-nos que o fato do realismo ontológico manter-se de algum modo na redução pode ser explicado apenas por essa ser a atitude natural que é inserida na descrição como parte das experiências e não por ser necessariamente a posição ontológica de Husserl.

Bibliografia:

- HUSSERL, E. *Meditaciones cartesianas*. Tradução de M. García-Baró e J. Gaos. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie 1. Halbband: Text der 1.-3. Auflage - Nachdruck. Edited by Karl Schuhmann. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1977.
- HUSSERL, E. *Ideas Pertaining to a Pure Phenomenology and a Phenomenological Philosophy, First Book: General Introduction to Pure Phenomenology*. Translated by Fred Kersten. Dordrecht and Boston, Massachusetts: Kluwer Academic Publishers (now New York: Springer). 1991.
- DRUMMOND, John J. *Historical dictionary of Husserl's philosophy*. Lanham: Scarecrow Press, 2008.
- DRUMMOND, John J. "Realism versus Anti-realism: A Husserlian Contribution," in *Edmund Husserl and the Phenomenological Tradition: Essays in Phenomenology*, ed. R. Sokolowski, 87–106. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1988.
- MOURA, C. A. R. *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1989.